

TRABALHO E FORMAÇÃO DO TRABALHADOR NA TRAJETÓRIA DA CUT EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO

José dos Santos Souza*
UFRRJ
jsantos@ufrj.br

RESUMO:

No contexto do processo de globalização, as políticas públicas voltadas para a formação do trabalhador constituem-se não apenas em campo estratégico para o aumento da produtividade e competitividade das empresas, mas também em campo de disputa de hegemonia. Diante desta problemática, neste artigo analisamos a ação da CUT e suas proposições para a formação dos trabalhadores, com o objetivo de verificar se ocorre uma ação consciente de disputa de hegemonia ou uma espécie de consentimento ativo diante das reformas educacionais demandadas pela atual recomposição do capitalismo. Para tal análise, tomamos como referência os dados coletados a partir de fontes bibliográficas primárias, tais como: resoluções de congressos e plenárias nacionais; documentos sobre reestruturação produtiva e educação; panfletos e revistas. Outros dados foram coletados por meio de revisão de literatura sobre o sindicalismo brasileiro. Verificou-se o esforço da CUT em formular um projeto de formação do trabalhador alternativo àquele do empresariado, sob a justificativa de disputa de hegemonia. Não obstante, a fragilidade política da opção genuinamente anticapitalista na trajetória desta central sindical permeou de contradições esse esforço e o tornou cada vez mais distante do rompimento definitivo com o projeto educativo do empresariado e do Estado.

PALAVRAS-CHAVE: CUT – Sindicalismo – Formação do trabalhador – Políticas públicas – Política Educacional

LABOR AND WORKER FORMATION IN THE TRAJECTORY OF CUT IN TIMES OF GLOBALIZATION

ABSTRACT:

In the context of the process of globalization, public policies aimed at worker formation are not only a strategic area for increasing productivity and competitiveness of companies, but also for disputing hegemony. In light of such questions, in this paper we analyze the action of the union *Central Única dos Trabalhadores* (Unified Worker's Central - CUT) and its propositions for worker formation, with the purpose of verifying if there is any conscious action towards hegemony dispute or a kind of active consent coming across the educational reform demanded by the current restructuring of capitalism. This analysis based on research with information from primary sources, including documents such as: resolutions of workers' national congresses and conferences; documents about the restructuring of production and education; pamphlets and magazines, among others. Other data were collected through a bibliographic revision about the Brazilian worker's movement. It was verified that CUT attempts to formulate an alternative worker formation project, under the argument of the dispute for hegemony. In spite of this, the political fragility of the genuinely anti-capitalist option in the trajectory of this central union brings a host of contradictions to this effort, making it increasingly difficult to effect a definitive break with the educational project of businessmen and Government.

KEY-WORDS: CUT – worker's movement – Worker Formation – Public policies – Educational Policies

INTRODUÇÃO

Na segunda metade de 2002, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) reuniu 700 trabalhadores, representando todos os estados brasileiros, mais uma delegação internacional, com representantes de 15 países, para a realização de uma “Conferência da Política Nacional de Formação da CUT”. Nesta ocasião, destacava-se o posicionamento do ex-ministro da educação do Governo Itamar Franco, Murilo Hingel, que teceu elogios à iniciativa da CUT e à sua preocupação para com a educação. Segundo afirmava o então Secretário Nacional de Formação da CUT, Altemir Tortelli, o objetivo daquela Conferência era estimular o debate sobre as mudanças no âmbito do Estado e como essas mudanças se expressavam no desenvolvimento das políticas públicas, especialmente na educação de jovens e adultos; também era objetivo da Conferência possibilitar a socialização de experiências de educação de trabalhadores e trabalhadoras da base da CUT e de outras entidades comprometidas na elaboração de uma proposta de educação verdadeiramente emancipatória.

Ao que tudo indica, parecia não haver muitas polêmicas acerca dos encaminhamentos da política nacional de formação no interior da CUT, pois, nessa Conferência, praticamente todos os seus dirigentes, especialmente Lúcio Guterres e João Felício, abordaram a importância do projeto cutista de uma educação voltada para o trabalhador e para as transformações do mundo do trabalho, em tempos de globalização e de “resistência” ao neoliberalismo. O clima aparentemente consensual que predominava naquela Conferência foi corroborado pelo discurso do então Presidente Nacional da CUT, João Antônio Felício, quando aproveitou o evento para denunciar que o Governo Federal havia suspenso o repasse dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para as organizações sindicais. Segundo este dirigente sindical, tal medida governamental colocava em risco a conclusão da formação profissional de milhares de trabalhadores. Diante do que considerava uma ameaça aos projetos cutistas de “combate ao neoliberalismo” por meio da promoção de ações educativas, João Felício, então, convocou toda a Central para, a partir daquela Conferência, se mobilizar para promover um protesto nacional (CUT, 2002). Definitivamente, a luta pelos fundos públicos para financiamento de ações educativas da CUT passou a constituir o cimento ideológico necessário para a conformação dos antigos antagonismos entre as diferentes concepções de organização, de luta e de projeto político-pedagógico para a educação dos trabalhadores existentes no interior desta Central.

Embora, em um primeiro momento, nos pareçam desarticulados e independentes, alguns fatos contemporâneos à realização da Conferência da Política Nacional de Formação da CUT merecem ser mencionados. Um deles é a realização do debate comemorativo dos 18 anos da maior central sindical do país, em agosto de 2001, cuja temática era: “*Desemprego: o desafio da década*” (CUT, 2001). Nesta oportunidade, estiveram presentes na Sede Nacional da CUT, em São Paulo, os deputados federais Antônio Kandir, Delfim Neto, Aloísio Mercadante e o professor da UNICAMP, Luciano Coutinho, para debater o tema do evento. Neste debate também prevaleceu certo consenso, especialmente no que se referia às compreensões de cada um dos debatedores sobre o que fazer para acabar com o desemprego. A retomada do crescimento como condição básica para a geração de emprego pareceu ser a palavra-chave que serviu de cimento ideológico para a construção deste consenso.

Mas, afinal, qual seria a relação existente entre os temas debatidos de forma tão plural nesses dois eventos promovidos pela CUT? Esta resposta quem deu foi o economista e deputado federal Aloísio Mercadante, quando afirmou que para acabar com o desemprego, além da retomada do crescimento, era preciso também implementar estratégias da economia solidária – como forma de geração de renda – e investir na formação, qualificação e requalificação dos trabalhadores – como forma de garantir emprego. Em confluência com as formulações do Governo Federal e de outras instâncias da aparelhagem estatal, também para a CUT, na atualidade, é no discurso da garantia de

emprego e renda que a educação encontra seu maior vínculo com as questões do mundo do trabalho e da produção.

Esses fatos carregam consigo um conteúdo no mínimo controverso. Quem se recorda das ações da CUT no campo da formação da classe trabalhadora na década de 1980, certamente ficará confuso com o rumo da política nacional de formação desta Central. Se não fizermos um esforço analítico que articule tais mudanças tão substanciais com as transformações ocorridas no mundo do trabalho e da produção, bem como nos mecanismos de mediação do conflito de classe¹, provavelmente teremos dificuldades para compreender a trajetória da CUT na construção desta nova realidade do movimento sindical brasileiro. Da mesma forma, também teremos dificuldades para identificar as formulações e as diversas ações pautadas nesse discurso como expressão da crise do sindicalismo brasileiro, o que, a propósito, o alinha à tendência do movimento sindical no mundo todo.

Este dado ganha maior complexidade quando repararmos que a Força Sindical também tem se preocupado com a questão educacional e, seguindo o mesmo percurso discursivo da CUT, também tem vinculado a educação à questão da geração de emprego e renda. No seu IV Congresso Nacional, a Força Sindical reafirmava o discurso de que as ações públicas de intermediação de força de trabalho jamais deveriam ser desvinculadas da formação e qualificação profissional, com vistas na principal fonte de financiamento dessas ações: o FAT. A isso, o discurso do IV Congresso da Força Sindical chamava de “coordenação da política de formação de recursos humanos” (FORÇA SINDICAL, 2001, p. 17).

Corroborando o que Antônio Kandir havia afirmado na ocasião do debate comemorativo dos 18 anos da CUT, a Força Sindical consolidou neste seu IV Congresso Nacional a compreensão de que a forma de ampliação das competências profissionais dos trabalhadores será conseguida por meio da ampliação dos cursos de formação profissional em sintonia com o mercado de trabalho, adequando a oferta de força de trabalho – com outro nível de qualificação e um outro nível de relação de trabalho – com as demandas atuais do mercado.

Essas discussões se inserem em um fenômeno social bastante complexo onde, aparentemente, ocorre uma confluência de interesses entre capital e trabalho no que tange à formação/qualificação da força de trabalho para a garantia de emprego e renda. Atualmente, no Brasil, trabalhadores, empresários e governo têm atribuído à educação o papel de formação e qualificação da força de trabalho diante da exigência de novas competências técnico-operacionais e sociais demandadas pelo atual patamar de desenvolvimento científico e tecnológico e pela aplicação cada vez mais intensa de ciência e tecnologia nos processos de trabalho e de produção e na vida urbano-industrial. Tal iniciativa tem em vista a garantia de maior produtividade e competitividade das empresas como diferencial no mercado dito globalizado.

Apesar dos limites consideráveis, não se pode negar que as demandas atuais para o desenvolvimento do capital, no que tange à formação/qualificação da força de trabalho, têm aberto novas possibilidades de acesso ao conhecimento científico e tecnológico para a classe trabalhadora. Tais possibilidades se materializam nas ações e formulações do Estado e do empresariado no campo da formação/qualificação social e profissional da classe trabalhadora. Diante da necessidade de formação de novas competências sociais e profissionais, o empresariado, em parceria com o Estado, busca a adesão dos trabalhadores na promoção e universalização da educação básica e das oportunidades de educação profissional. Paradoxalmente, é inerente a esta política a diminuição (e não sua extinção) da dicotomia entre teoria e prática, trabalho e educação, ciência e vida, embora ainda nos marcos estreitos impostos pela valorização do capital. Da mesma forma, para promover a universalização da educação básica e ampliação das oportunidades de formação/qualificação profissional com a participação ativa da classe trabalhadora, torna-se necessário o alargamento dos mecanismos de controle social sobre as decisões estatais.

Por outro lado, no campo sindical, ainda hoje, existem dificuldades de concepção unitária da educação básica e educação profissional. De uma forma equivocada, os sujeitos coletivos que representam os interesses da classe trabalhadora no Brasil, especialmente aqueles vinculados ao movimento docente, vêem a educação básica como estratégia de formação para a cidadania, distanciando-se da concepção ampliada da formação para o trabalho. Nessa concepção restrita, não são explicitados os vínculos da educação escolar com o “mundo do trabalho”. Frequentemente tratam a educação básica de forma desvinculada da educação profissional ou, quando muito, a tratam de forma articulada, como se uma fosse a base para o desenvolvimento da outra. Mas a educação é um fenômeno social concreto que possui uma dimensão econômica. Estas duas dimensões são indissociáveis e interdependentes. Se considerarmos a educação somente como espaço de conformação – ou de emancipação política e ideológica – sem considerarmos que também possui outra dimensão, a econômica, que consiste na conformação psicofísica do trabalhador às demandas da empresa capitalista – ou na apropriação da ciência e da tecnologia aplicada na produção –, estaríamos sendo pouco precisos e carentes de objetividade. Na medida em que se prioriza apenas o papel político da educação básica em detrimento de sua dimensão econômica, o movimento sindical se fragiliza na compreensão e propagação de uma unidade entre a formação para o trabalho e a formação para a vida social – elemento indispensável para a elaboração de uma proposta educativa alternativa àquela do capital. Como consequência, ocorre uma tendência à conformação nos limites da concepção burguesa da formação do trabalhador.

Não obstante, alguns avanços têm sido contabilizados no que tange ao tratamento dado pelo movimento sindical à relação entre educação básica e educação profissional. Mas as demandas impostas pelo desemprego e a ação do Estado e do empresariado na implementação de novos mecanismos de manutenção da hegemonia têm imposto limites consideráveis ao movimento sindical nesse campo. Muitas vezes, compelido pelo imediatismo da luta pela manutenção e geração dos postos de trabalho, o sindicalismo brasileiro tem sido obrigado a fazer concessões no campo da política de educação profissional. Deve-se somar a tudo isto três elementos importantes, de cujas repercussões se ressentem as ações e formulações do movimento sindical brasileiro na atualidade: a derrocada do regime do Leste Europeu, a hegemonia neoliberal, a crise de representatividade de que se recente o movimento sindical em todo o mundo, diante das mudanças recentes no trabalho, na produção e nas relações de produção.

Estes fatos trazem à tona algumas considerações acerca da problemática na qual se insere nosso objeto de análise. A primeira delas é que, diante do desenvolvimento social e político do país, combinado com as transformações tecnológicas no mundo do trabalho e da produção, a formação do trabalhador passa a constituir-se, não apenas um campo estratégico para o aumento da produtividade e competitividade das empresas, mas também um campo de disputa pela hegemonia. A segunda é que a disputa de hegemonia travada no campo da formação do trabalhador, na atualidade, ao mesmo tempo em que tem o potencial de abrir novas possibilidades de organização para a classe trabalhadora construir um projeto de formação humana alternativo ao do capital, também tem o potencial de conformar parcelas significativas da classe trabalhadora em torno do projeto burguês de formação do trabalhador. E, por fim, a terceira é que justamente no momento em que o capital se vê obrigado a ampliar suas contradições no campo da formação/qualificação profissional, o sindicalismo brasileiro – e de toda a América Latina – passa por uma verdadeira recomposição diante da ofensiva neoliberal, de modo geral acuado numa ação defensiva, marcada pelo imediatismo da ação e pelo pragmatismo das formulações.

Diante dessa problemática, uma questão se apresenta para nós que, no presente trabalho, nos propomos a tratar, qual seja: Se, por um lado, a articulação do setor empresarial em defesa de seus interesses de classe vem propondo a formação de um “novo trabalhador” que atenda as atuais exigências de qualidade e produtividade da indústria para competir no mercado mundial e, por outro lado, o movimento sindical brasileiro tem partilhado com o empresariado esta idéia, relacionando o

aumento da produtividade e da competitividade das empresas com geração de emprego e renda, poderíamos afirmar que estamos vivendo um momento de capitulação do sindicalismo brasileiro ao projeto empresarial capitalista?

EDUCAÇÃO E SOCIEDADE NA TRAJETÓRIA DA CUT

A CUT foi fundada em agosto de 1983, no I Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (I CONCLAT), ocorrido em São Bernardo, na Região do ABC Paulista. Este Congresso foi fruto da articulação entre diversas correntes, tendências, agrupamentos e individualidades que atuavam no universo mais combativo do movimento sindical, aglutinados anteriormente na Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS).

A ANAMPOS congregava os dirigentes sindicais opositores do final dos anos 1980. Chamados de sindicalistas autênticos, o grupo que compunha a ANAMPOS era formado, de um lado, por uma nova geração de diretores sindicais independentes e, de outro, por sindicalistas com vinculações partidárias, especialmente do PCB – que imediatamente mais tarde vão formar a Unidade Sindical, em 1979. No início, a atuação da ANAMPOS era de oposição à diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), mas depois evoluíram para uma oposição ao Regime Militar, avançando assim, do caráter econômico-corporativo para o ético-político. Desse conjunto de sindicalistas faziam parte o atual presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo; João Pires de Vasconcelos, do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade; Arnaldo Gonçalves, do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos; Hugo Peres, da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, entre outros.

Com base em outra linha de ação, nasceu a Unidade Sindical, em 1979, por ocasião do Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais, realizado em Niterói (RJ). Formada por sindicalistas ligados ao PCB, MR-8, independentes e segmentos “apelegados”², a Unidade Sindical manteve uma prática moderada, contrária à radicalização da luta contra a burguesia e o Regime Militar, buscando conformar-se na ordem de abertura democrática lenta, gradual e segura promovida pelo próprio governo, diferenciando-se dos sindicalistas autênticos (SOUZA, 2002, p. 132-141).

Embora com tantas diferenças internas, a criação da CUT significava a materialidade do esforço de vários segmentos, no sentido de criar um organismo intersindical que centralizasse a luta dos trabalhadores no Brasil. Nesse campo, aglutinaram-se desde o sindicalismo independente, passando por amplos contingentes da esquerda católica – ligados à Teologia da Libertação – até tendências socialistas e comunistas diversas, dissidentes da esquerda tradicional ou vinculados ao trotskismo. Obviamente, este campo político comportava um ideário diverso, mas havia um sentimento que o unificava: o propósito de estruturar uma central sindical nacional de caráter autônomo e independente, capaz de dar direção à ação política da classe trabalhadora no país (ANTUNES, 1995, p. 30).

Entre 26 e 28 de agosto de 1983, estiveram presentes 5.087 delegados no I CONCLAT, dos quais 1.734 eram membros de diretoria e 3.353 eram membros da base, representando 934 entidades. Nesse momento fundamental para a fundação da CUT, além da presença de representantes de entidades nacionais e estrangeiras, contou-se também com diversas manifestações de solidariedade por meio de moções que ratificaram a notória legitimidade do evento (Cf.: CUT, 1983b).³

No estatuto provisório da CUT, deliberado em seu congresso de fundação (o I CONCLAT), foram estabelecidos os seguintes objetivos: lutar por uma sociedade sem exploração e democrática, pela construção da democracia e pela unidade da classe trabalhadora, respeitando suas convicções políticas, ideológicas, filosóficas e religiosas. Visando o avanço na unidade da classe trabalhadora e

a não-cooperação entre as classes sociais, estabeleceram-se as seguintes propostas: unidade de ação e repúdio à unidade orgânica; luta pela construção de novas estruturas e mecanismos capazes de possibilitar e garantir conquistas de interesse das classes trabalhadoras; unidade com os movimentos populares nas iniciativas destinadas a conquistar as liberdades democráticas e favorecer os interesses das classes trabalhadoras, em particular do povo explorado; independência das classes trabalhadoras em relação aos patrões, aos governos, aos partidos políticos e aos credos religiosos; solidariedade internacional e relacionamento com todas as centrais internacionais, conservando sua autonomia e independência; organização no local de trabalho; reconhecimento da CUT como órgão máximo, que objetiva coordenar, dirigir e orientar a luta dos trabalhadores em defesa de seus direitos e reivindicações de caráter político, econômico, social e trabalhista (CUT, 1983c).

Com base no princípio de ampla participação das bases do movimento sindical nas decisões da Central, a plenária do I CONCLAT deliberou a eleição de delegados para os congressos a partir das entidades sindicais, conforme uma proporcionalidade que garantisse tanto a participação de diretores sindicais quanto a de trabalhadores da base. Assegurava-se, inclusive, a participação de delegados das oposições sindicais e das federações e confederações.

Seu plano de lutas se caracterizava pela perspectiva de confronto com o governo e o patronato. Previa até um calendário de organização de uma greve geral de caráter político, demonstrando já o amadurecimento da organização e luta da classe trabalhadora brasileira. Nesse sentido, as bandeiras de luta deliberadas foram: contra as restrições à organização sindical; contra o desemprego; pela estabilidade no emprego; pela redução da jornada de trabalho para 40 horas; pelo fim da hora extra; contra o arrocho salarial; em defesa dos funcionários públicos; contra a política de habitação; pela reforma agrária; pela liberdade democrática; pela revogação das cassações dos líderes sindicais; pelo rompimento com o FMI; e pelo salário-desemprego (CUT, 1983c).

O I Congresso Nacional da CUT (I CONCUR) foi realizado em agosto de 1984, também em São Bernardo do Campo, em plena campanha das *Diretas Já*, e contou com a participação de 5.222 delegados, pertencentes a 937 entidades sindicais. No I CONCUR foram aprovadas, praticamente, as mesmas bandeiras de luta do I CONCLAT, com alguns avanços no plano político, destacando-se o posicionamento contrário e o boicote à participação no Colégio Eleitoral e ao apoio a Tancredo Neves; o posicionamento contrário à atribuição de poderes constituintes ao Congresso Nacional, a defesa de uma Assembléia Nacional Constituinte e da revogação da Lei de Segurança Nacional; e, além do rompimento com o Fundo Monetário Internacional (FMI), defenderam a suspensão imediata do pagamento da dívida externa e a não privatização das estatais.

Não restavam dúvidas na plenária do I CONCUR de que aquele era um momento histórico na luta dos trabalhadores e constituía-se na maior vitória política desde 1964. Era consensual a compreensão de que a fundação da CUT a partir das bases e das lutas dos trabalhadores fazia parte do processo de conquista da liberdade sindical e da luta pela emancipação dos trabalhadores. A perspectiva geral era de que a CUT viesse a se tornar um instrumento de unidade operária, na medida em que se estruturasse definitivamente. Acertadamente, a esse processo era atribuído o status de uma nova realidade no sindicalismo brasileiro. De fato, havia um consenso de que era um “Novo Sindicalismo” que se consolidava, demarcando substancialmente o início de uma redefinição das práticas políticas da classe trabalhadora organizada.⁴

A plataforma de lutas propunha o rompimento com o FMI, o não pagamento da dívida externa; fim do arrocho salarial e reposição das perdas salariais; redução da jornada de trabalho sem redução de salário; liberdade e autonomia sindical; reconhecimento do direito de greve e desatrelamento da estrutura sindical do Estado; garantia imediata das necessidades básicas dos trabalhadores, como alimentação, saúde, educação, habitação, transporte, vestuário, recreação, esportes, cultura e lazer; revogação da Lei de Segurança Nacional; contra a privatização de

empresas estatais; contra discriminação de raça e de gênero; reconhecimento da CUT como órgão máximo de representação dos trabalhadores brasileiros (CUT, 1984, p. 08).

Como se percebe, tais reivindicações são, em sua maioria, de caráter econômico e sindical, não diferindo praticamente em nada daquelas defendidas no I CONCLAT. Embora o I CONCUR tenha expressado preocupação com questões mais gerais, tais como reivindicações no sentido da garantia do atendimento imediato de necessidades básicas da classe trabalhadora por meio de políticas públicas na área social, isso não foi suficiente para caracterizar sua política de forma diferente de uma ação sindical corporativo-reivindicativa. A CUT praticamente não tinha nenhuma proposição política para a área social, limitando-se nesse campo à mera reivindicação de resgate da dívida social.

A preocupação maior naquele momento era a estruturação da Central no nível nacional. Justamente por isso, o I CONCUR aprovou o início do debate para a elaboração de uma nova proposta de estrutura sindical com base nos seguintes princípios: democracia, liberdade e autonomia sindicais, princípio classista e de luta e organização por ramo de atividade (CUT, 1984, p. 10). Pretendia-se consolidar a CUT como uma entidade de representação sindical em nível nacional, referência para a organização e luta dos trabalhadores brasileiros.

As divergências internas existentes desde o congresso de fundação só vieram a manifestar-se de forma mais nítida no II CONCUR, realizado em agosto de 1986, no Rio de Janeiro. Este encontro contou com a participação de 5.564 delegados, sendo 1.641 membros de diretoria e 3.923 membros de base, representando 1.014 entidades.⁵ O principal determinante do acirramento das disputas internas nessa época foi o processo eleitoral constituinte, momento em que as diferentes forças políticas em disputa político-eleitoral, na intenção de capitalizar o conjunto do eleitorado sindical, polemizavam em torno de questões mais gerais, tais como o encaminhamento da Campanha Nacional de Lutas de 1986, principalmente a partir do Plano Cruzado I,⁶ participação da mulher na direção do movimento e questões mais específicas, tais como: proposta de nova estrutura sindical, critérios de escolha de delegados para os congressos, modificações estatutárias referentes à proporcionalidade ou não na composição da direção da Central e relação da CUT com outros setores do movimento sindical.

Nesse Congresso, o grande número de delegados eleitos na base refletiu o caráter dos critérios estabelecidos para a eleição daqueles delegados, os quais determinavam uma vinculação direta entre a Central e as entidades de base. Deliberou-se que os delegados do CONCUR deveriam ser eleitos e indicados por cada entidade ou grupo de oposição sindical, legitimado por assembléia de pelo menos cinco vezes o número de delegados que a entidade oficial teria direito de eleger. Admitia-se, ainda, que as diretorias indicassem delegados, independente da assembléia, de acordo com critérios de proporcionalidade entre delegados de base e delegados de diretoria. Ao considerarem participantes do Congresso os trabalhadores das entidades sindicais e profissionais filiados a CUT ou não, isto é, incluindo-se as representações das oposições sindicais, e garantido os critérios de proporcionalidade entre número de delegados de base e delegados de direção, o II CONCUR reafirma, na prática, o princípio de um movimento de base, contrapondo-se à tendência “cupulista” de organização e luta da classe trabalhadora.

Além disso, o II CONCUR define mais claramente os princípios, o caráter, as bandeiras de luta e as propostas a serem defendidas e encaminhadas pela CUT. Avança-se, então, da proposta genérica de uma sociedade sem exploração, afirmada nos congressos anteriores, para um claro posicionamento em defesa do socialismo, demarcando, assim, uma definição ideológica da Central naquela época.

Contudo, talvez por causa do agravamento da crise do capital no âmbito mundial e sua dura repercussão na economia e na política brasileira, o II CONCUR não chega a ultrapassar o caráter

reivindicatório em todos os campos de sua intervenção. Mesmo com bandeiras de luta e propostas de cunho político, é perceptível, ainda, a predominância das preocupações imediatas de garantia da sobrevivência, ou seja, da reprodução da força de trabalho. Em função desta característica de organização e de luta encaminhada pela Central, as políticas sociais são vistas, ainda, como mecanismo de luta pela de garantia de condições mínimas de sobrevivência e não como mecanismo de mediação do conflito de classe e, portanto, um espaço de condensação de forças políticas em disputa pela hegemonia na sociedade. Decorre desta característica a secundarização das políticas sociais no plano de lutas da Central e, ao tratar a questão política mais geral, priorizando apenas as reivindicações democráticas burguesas, esvazia-se, assim, sua declarada opção por uma sociedade socialista.

Naquela época, já eram perceptíveis no Brasil as mudanças no mundo do trabalho e na sociabilidade urbano-industrial, decorrentes da crise do capital. Embora ainda de forma incipiente, tais mudanças já haviam introduzido novas contradições entre a burguesia e a classe trabalhadora. Era notável uma crescente complexificação das relações entre as classes – e no interior das classes sociais – no Brasil. Ao mesmo tempo em que o movimento sindical e demais organizações de caráter popular e democrático passaram a ocupar mais espaço na arena política nacional, a elite dominante teve que redefinir seus mecanismos de mediação do conflito de classe para manter sua hegemonia. Isso exigia do Estado tanto uma intervenção mais direta na valorização do capital, quanto a adoção da mediação política como estratégia privilegiada de dominação, levada a cabo por meio de suas políticas públicas.

Entretanto, até o final dos anos 1980, a CUT ainda não apresentava uma percepção clara desse processo. Sua atuação mantinha-se muito mais como luta reivindicativa do que como formulação de propostas concretas para disputar com o Governo e o empresariado a direção política da sociedade. A CUT manteve a compreensão de que as políticas públicas do Estado capitalista são uma resposta às necessidades de valorização do capital, o que é uma realidade, mas, de fato, apenas um aspecto dela. Talvez fosse necessário que a CUT – principal referência para a classe trabalhadora no Brasil – tratasse as políticas públicas também como uma forma de mediação política dos interesses antagonicos que perpassam a sociabilidade burguesa.

Compreendemos que o problema maior não era o fato de a CUT sempre ter concebido as políticas sociais como resultado das necessidades estruturais de produção e reprodução da força de trabalho. O problema era o fato de a CUT não ter conseguido capitalizar os avanços democráticos da década de 1980 a seu favor, na medida em que eles demandaram uma ampliação dos mecanismos de controle social sobre as decisões estatais, em especial a consolidação dos níveis de participação alcançados pela classe trabalhadora. Isso ocorreu justamente pela ausência de uma ação mais coerente com uma perspectiva revolucionária preparada para disputar hegemonia com a burguesia no campo da formulação e da gestão dessas políticas, exigindo a radicalização dos mecanismos de controle social das decisões estatais. O fato é que a transição de uma ação “corporativo-reivindicativa” para outra de caráter mais social e político se deu em outros patamares, conforme veremos adiante, a partir do III CONCUR.

O III CONCUR ocorreu em setembro de 1988, em Belo Horizonte, justamente no momento em que a Assembléia Constituinte concluía seu trabalho. Nele estiveram reunidos 6.244 delegados de 1.157 entidades, mais representantes de 40 entidades estrangeiras, inclusive das três centrais mundiais: FSM, CMT e CIOSL. A publicação de um caderno com dezessete teses explicitava diferentes posições sobre o socialismo, o processo constituinte, contrato coletivo de trabalho e modificações no estatuto da CUT. Também deixava clara a existência de diferenças entre as diversas correntes internas existentes no interior da Central desde sua fundação. Contudo, prevaleceu a tese apresentada pela tendência Articulação Sindical, intitulada “*Pela CUT classista, de massa, democrática, de luta e pela base*”.⁷

Obviamente, a Articulação Sindical, tendência majoritária da CUT, já visualizava as profundas transformações estruturais e superestruturais pelas quais vinha passando o País; identificava, também, a necessidade de unificação das lutas da classe trabalhadora como elemento fundamental para o enfrentamento do capital. Mas apontava, implicitamente, a redefinição de metas e de estratégias que, no entanto, não estavam claras ainda naquela ocasião.

A tese da Articulação Sindical aprovada no III CONCUR (CUT, 1988, p. 20) identificava como novo desafio localizar e superar as concepções sindicais equivocadas que não contribuíam para o avanço das lutas e apontava a definição de uma única concepção sindical como base para a construção de uma nova estrutura da CUT. Esta tese defendia que era esta a única concepção sindical capaz de assegurar a democracia interna, promover a unidade de ação e impulsionar a organização sindical de massas, classista, representativa, autônoma e independente. O que comprometeu a efetividade desta proposta foi o fato de que, embora constasse em seu discurso a disposição para um debate aberto e fraterno, com absoluto respeito aos princípios e à prática democrática, o que prevaleceu nos encaminhamentos das resoluções foi o autoritarismo e a intransigência para ouvir as tendências que divergiam da concepção sindical defendida pela Articulação Sindical. A partir de então, esta concepção sindical única passou a ser imposta, contradizendo, na prática, o que a tendência majoritária da CUT defendia em seu discurso. De acordo com a avaliação de Costa, as resoluções do III CONCUR apresentam algumas distorções:

As alterações no estatuto da CUT correspondem a uma determinada concepção, que, no fundamental, constrói uma estrutura sindical em que a Central é colocada no topo da organização vertical, reduzindo e até eliminando a horizontalidade. As propostas aprovadas são, na realidade, a negação dos argumentos utilizados em 1982 [?] e 1983 como justificativas para a divisão do movimento e a criação da CUT [COSTA, 1995, p. 111].⁸

Em meio a essa disputa acirrada, de fato a CUT, ao final dos anos 1980, já havia construído uma fantástica capacidade de mobilização, ampliado ainda mais suas bases e tornado-se a principal referência para a classe trabalhadora brasileira. Entretanto, no que concerne às políticas sociais, esta central ainda deixava a desejar. Carente de uma discussão mais aprofundada sobre as questões menos imediatas, embora não menos importantes, a CUT ainda não possuía, naquela ocasião, um acúmulo suficiente para lhe permitir uma intervenção mais propositiva no campo das políticas sociais. Limitava-se à prática da denúncia e reivindicação que, muitas vezes, não ultrapassava os limites do resgate da dívida social.

No campo educacional, por exemplo, até o III CONCUR não havia nenhuma referência à necessidade da melhoria da qualidade do ensino em seus congressos e plenárias nacionais, tampouco se fazia qualquer referência ao monopólio do conhecimento ou à necessidade de democratização do acesso ao ensino. Entretanto, sempre existiu no interior da CUT a preocupação com a questão educacional, na maioria das vezes encabeçada pelos trabalhadores da educação, muitos deles ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT). Talvez por esta discussão ainda não ter sido sistematizada no interior da CUT, até 1988, esta Central limitava-se a lutar, genericamente, por ensino público, gratuito e de boa qualidade em todos os níveis de escolarização, como atestaram as resoluções de seus congressos realizados até essa época.

Mesmo no seu III Congresso, a CUT é praticamente omissa em relação à educação da classe trabalhadora no que se refere a propostas concretas, seja no campo da educação básica ou da educação profissional. Sua ação praticamente limitou-se a reivindicar a ampliação do direito à educação, assim como à saúde, habitação, previdência social. Inclusive, quando reivindica educação infantil — educação de 0 a 6 anos — o faz em caráter de assistência à mulher trabalhadora e não

como atendimento educacional. O argumento que justificava tal reivindicação era de que a ausência de creches adequadas e em número suficiente não oferece condições de trabalho para as mães. Por isso, apresentou em seu plano de lutas a garantia de creche gratuita para os filhos de trabalhadores até a idade de sete anos, nos locais de trabalho ou moradia, controlada pelos trabalhadores (CUT, 1988, p. 39).

As proposições da CUT para a educação escolar foram apresentadas, indireta e fragmentariamente, por meio de contribuições dos sindicalistas ligados a vários segmentos do campo educacional. As posições da CUT no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na ocasião do processo de elaboração da Constituição de 1988 e da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96 – refletiam, quase que exclusivamente, o pensamento dos trabalhadores em educação. De fato, pode-se afirmar que, na década de 1980, o sindicalismo autônomo dos trabalhadores não conseguiu construir uma proposta educacional que traduzisse as necessidades do conjunto dos trabalhadores organizados, embora tenham defendido a universalização da educação básica, a democratização do acesso a todos os níveis de ensino, a qualidade e gratuidade.

A educação profissional, por sua vez, sempre foi vista com certa desconfiança. Sempre predominou no discurso dos militantes ligados à educação a resistência à educação interessada, preocupada com a formação para o trabalho produtivo. Talvez por esse motivo não conste das resoluções de congressos nem de plenárias realizados na década de 1980 qualquer referência sistemática à educação profissional. O pouco que se construiu acerca da educação ficou limitado à educação básica, especialmente o que tange à defesa de uma educação que formasse para “cidadania plena”. Tumolo confirma esta constatação com a seguinte observação:

Embora vários sindicatos filiados à CUT fizessem um trabalho de formação profissional, fruto da herança da estrutura assistencialista do sindicalismo oficial e, por isso, questionada e rejeitada no interior da Central, esta não desenvolveu, ela própria, atividades desse gênero e, ao mesmo tempo, sempre discutiu tal questão com vistas a elaborar propostas de formação profissional e uma política de intervenção junto às instituições que a realizam. Tal quadro se altera quando a 7ª Plenária Nacional decidiu “implementar a política de formação profissional da CUT na estrutura da central (escolas de formação, estrutura vertical etc.)” [TUMOLO, 2002, p. 192].

Apesar de, inicialmente, existir no interior da CUT certa resistência à promoção da formação profissional pela própria Central, os anos 1990 trouxeram consigo novas demandas que impuseram ao movimento cutista uma rediscussão da questão. Como indicado anteriormente por Tumolo, o posicionamento da CUT em relação à formação profissional foi reformulado na VII Plenária Nacional CUT. Mas o próprio autor nos informa que tal reversão tem suas origens já no início dos anos 1990 (Cf.: TUMOLO, 2002, p. 193).

Essa mudança no posicionamento da CUT em relação à formação profissional tem como principal determinante uma combinação de diversos fatores, quais sejam: a) o avanço do processo de internacionalização do capital e a formação de novos blocos de poder em nível mundial; b) a difusão no Brasil de inovações na organização da produção e no processo de trabalho; c) a hegemonia liberal-conservadora, conquistada com a vitória de Collor de Mello nas eleições presidenciais em 1989; d) a previsão – depois confirmada – de uma composição mais conservadora das forças sociais após as eleições governamentais e legislativas em 1991; e) a criação de uma nova central – a Força Sindical –, expressão sindical da ideologia neoliberal, com vistas na disputa direta pela direção política da classe trabalhadora, antes, de certa forma, monopolizada pela CUT; f) a

hegemonia conquistada pela corrente Articulação Sindical no interior da CUT e suas conseqüências concretas na definição dos rumos desta Central no final do século passado.

Nesse contexto, realiza-se o IV CONCUR, em setembro de 1991, em São Paulo. Este congresso reuniu 1.554 delegados, representando 1.679 categorias e entidades filiadas.⁹ A realização do IV CONCUR foi perpassada por um clima bastante conturbado e complexo, marcado pela derrocada do Regime do Leste Europeu, pela desagregação da URSS, pela Guerra do Golfo Pérsico, pela ofensiva neoliberal na América Latina, pela eleição de Collor – que impôs uma política econômica recessiva e privatização das empresas estatais – e, ainda, pela crise do movimento sindical brasileiro, debilitado pelo refluxo das lutas diretas por meio de mobilizações de massa. A respeito deste último elemento, destacamos o estilo moderado de enfrentamento do capital imposto pela maioria da direção nacional da CUT que, a partir de então, passou a dirigir o movimento sindical dentro dos limites da ordem institucional, de modo que não tem conseguido responder à altura a ofensiva neoliberal.

O IV CONCUR foi marcado, também, pelas manobras estatutárias por parte da tendência majoritária, a Articulação Sindical, no sentido de garantir, *a priori*, a sua maioria no Congresso. Esse foi o principal determinante do acirramento da polarização manifestada já a partir do III CONCUR. De um lado, a tendência majoritária, que pretendia fazer da CUT uma central de organizações sindicais, o que significaria, em última instância, aceitar os parâmetros da economia de mercado e da institucionalidade. De outro lado, diversas tendências, à esquerda, que pretendiam fazer da CUT uma central de luta revolucionária.

O IV CONCUR foi convocado de acordo com os critérios estabelecidos no estatuto aprovado no III CONCUR. Isto significou o fim dos congressos de massa, conforme a descrição da própria Articulação Sindical, em sua tese para o congresso:

Pela primeira vez foram adotados os critérios estatutários definidos no 3º CONCUR, em 1988, para a convocação, organização e composição de um Congresso Nacional da Central. **Terminou a fase dos congressos de massa**, verdadeiros atos públicos que não ofereciam o mínimo de conforto para se poder pensar, discutir e elaborar propostas para o próximo mandato. Além disso, os congressos massivos até então não refletiam a real representação da CUT no cenário nacional [CUT, 1991, p. 2 – grifo nosso].

De fato havia terminado, definitivamente, a era da CUT de massas. Se compararmos o número de delegados do III CONCUR com o do IV CONCUR, verificamos uma queda de mais de 75%. Mesmo assim, o número de entidades representadas aumentou em 57%. Ora, isto significa que a partir do IV CONCUR um número significativamente menor de delegados passa a representar um número significativamente maior de entidades, concentrando o poder de decisão das bases sindicais sobre os rumos do movimento nas mãos de suas lideranças. Tal fenômeno se agrava ainda mais se observarmos que o número de delegados pertencentes a diretorias sindicais tem sido cada vez maior do que o número de delegados membros de base.

O êxito da tendência majoritária não seria possível senão por conta de uma onda de manobras para manipular o número de delegados e promover a redução artificial de algumas delegações estaduais, o que lhe rendeu um aumento de peso político na plenária do IV CONCUR de 49% para 51%, garantido sua maioria no Congresso.¹⁰ Em relação às diversas denúncias de manobras e fraudes no processo de escolha dos delegados para o IV CONCUR e aos encaminhamentos da tendência majoritária da CUT para a realização do congresso, Costa afirma que:

A estas denúncias, somam-se outras que dizem respeito à condução imposta à Central, à sua democracia interna e ao relacionamento entre suas correntes. A partir das alterações estatutárias aprovadas no III CONCURT, em 1988, com o objetivo de garantir a manutenção do domínio da Articulação, avolumaram-se as críticas sobre a burocratização da Central. Apenas a Executiva, superestimando seu poder político, passa a tomar decisões importantes, não unitárias, sem ouvir as entidades filiadas e a própria direção nacional. A corrente majoritária, contando, na maioria das votações, com a pequena vantagem de um ou dois votos, decide fazer aliança com setores do patronato ligados ao Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), no sentido de pressionar o governo a liberar os cruzados retidos pelo Plano Collor I. Decide ir ao “entendimento nacional”, nova versão do pacto social, e suspender a greve geral convocada para junho de 1990. Essa postura da Articulação contribuiu para intensificar a luta interna, privilegiando as divergências em detrimento do encaminhamento unitário das lutas [COSTA, 1995, p. 115-116].

Todavia, conforme aponta Neves (1995, p. 102-122), foi nesse congresso que desembocou o intenso debate desencadeado no III CONCURT acerca de uma nova direção política para a Central nos anos 1990. Tal debate tinha como objetivo superar o caráter reivindicativo da Central e passar para uma estratégia mais propositivo-afirmativa.

Foi a partir do IV CONCURT que a Central procurou combinar as lutas por categorias com as mobilizações gerais, estabelecer parâmetros básicos para desenvolver políticas de abrangência nacional, romper com a característica unitária e avançar na construção de uma nova hegemonia a partir da articulação com outros setores democráticos e populares, de modo que, em detrimento da luta pelo socialismo, a democracia passou a ser o objetivo principal, sob a bandeira de luta pela “cidadania plena”. Como afirma Neves,

O 4º CONCURT rompeu as amarras corporativas do sindicalismo dos anos 80, ampliando o leque de reivindicações e conquistas dos trabalhadores, e tentou integrar a dupla dimensão do trabalhador e cidadão no âmbito do próprio movimento sindical, superando a dicotomia vigente nos anos de abertura política, quando ao sindicato cabiam as questões trabalhistas e aos movimentos sociais as questões de cidadania [NEVES, 1995, p. 103].

Esse passo significativo na organização e luta da classe trabalhadora, lamentavelmente, só foi possível às custas do abandono dos princípios democráticos de organização interna da Central, do sectarismo, das manobras estatutárias e fraudes promovidas pela tendência majoritária. Outro custo altíssimo dessas transformações foi a drástica redução na participação das bases sindicais na definição dos rumos da Central. Em contrapartida, cresceu a importância das tendências sindicais, em detrimento das entidades filiadas; a Direção Executiva Nacional passou a concentrar o poder de decisão acerca das estratégias e encaminhamentos do plano de lutas; e, em decorrência, caminhou-se para uma crescente burocratização da Central.

Tais contradições nos remetem a uma desconcertante insegurança em relação às perspectivas desse processo de transformação pelo qual vem passando a CUT, desde os anos 1990. Se, por um lado, esta central avançou do seu caráter econômico-corporativo para um caráter “propositivo-afirmativo”, por outro, esvaziou-se o princípio da democracia interna, do movimento de base e da combatividade ao sistema capitalista. Decerto, o esvaziamento do caráter combativo da Central foi o elemento de maior relevância dessa guinada. A adoção do caráter “propositivo-afirmativo” como estratégia de luta não se deu com base em princípios revolucionários, de modo a constituir um enfrentamento do capital em um patamar mais avançado, no campo da disputa de hegemonia. Ao contrário, a mudança na estratégia de luta da Central se deu com base nos princípios de colaboração

de classes, materializado na dinâmica da negociação tripartite e paritária como modelo de relação capital/trabalho, no limite da ordem burguesa. Em vez de disputa de hegemonia, a CUT assumiu a estratégia do consentimento ativo.

Além disso, no bojo dessas transformações, principalmente a partir do IV CONCUR, evidenciou-se a opção da pequena maioria da Direção Executiva Nacional (52% na época) pela moderação e pela institucionalidade no encaminhamento do plano de lutas da Central, limitando-se a reivindicações de retomada do desenvolvimento econômico com distribuição de emprego e renda. Tal debilidade se expressa, inclusive, na ausência de uma política de unificação das lutas dos trabalhadores em torno de ações concretas, em nível nacional, e pelo decorrente corporativismo que marcou as mobilizações e greves de diversas categorias a partir de 1991. No entanto, essa opção não é compartilhada por parte significativa das forças políticas que compunham a CUT.¹¹ Grande parte das 16 teses do IV CONCUR apresentou críticas severas à postura da tendência majoritária. Apesar da inegável hegemonia da Articulação Sindical, percebe-se claramente a existência de, pelo menos, dois projetos distintos e bem definidos de organização e luta da classe trabalhadora no Brasil, os quais se evidenciaram na eleição da nova Direção Nacional Executiva da CUT: um, de caráter mais combativo, notadamente socialista, que repudia a conciliação de classes; outro, de caráter mais moderado, notadamente social-democrata, que repudia o confronto direto entre capital e trabalho, preferindo o entendimento tripartite.

Já dentro dessa nova perspectiva, os congressistas do IV CONCUR aprovaram sua proposta para a educação da classe trabalhadora.¹² Tal proposta tinha como pressuposto uma análise do sistema educacional brasileiro que apontava para o baixo nível de escolaridade da população e também para a distribuição desigual das oportunidades educacionais; considerava a educação escolar brasileira elitista, na medida em que privilegiava uma pequena parcela da população; compreendia que a educação escolar estava deixando de se constituir em um instrumento político de promoção do desenvolvimento social e econômico da população, bem como de construção da “cidadania plena” (CUT, 1991, p. 15).

Como alternativa ao caráter excludente da educação brasileira, o IV CONCUR afirma o seguinte:

Em nossa concepção a escola pública para o trabalhador deverá ser alegre, competente, séria, democrática e, sobretudo, comprometida com a transformação social, gratuita em todos os níveis e para todos. Deverá vir a ser uma escola mobilizadora, a serviço da comunidade, centro irradiador da cultura popular, capaz de recriá-la permanentemente. [...] Deverá ser unitária na qualidade e no desenvolvimento de um projeto educacional e de um processo pedagógico que tenha o trabalho como princípio educativo, não no sentido da Escola uniformizadora, formadora de cabeças em série, e sim um espaço sadio de pluralismo de idéias. O saber adquirido na escola, imprescindível para o cumprimento de suas finalidades, não será visto como um fim em si mesmo, mas como um instrumento de luta. Em nossa concepção, o fim da educação é a formação da consciência crítica, predominando as idéias de liberdade. [Afirmamos a seguinte posição:] uma escola de tempo integral, que tenha no trabalho seu princípio educativo e que possa superar as dicotomias entre o trabalho manual e intelectual, a teoria e a prática, a formação geral e a formação profissional [CUT, 1991, p. 15].

Embora tenha se posicionado pela defesa de uma escola unitária¹³, de uma educação de caráter politécnico¹⁴ e de uma formação *omnilateral*¹⁵ do homem em contraposição à escola tecnicista e a uma educação de caráter dogmático¹⁶, cúmplices da exclusão social, a CUT não

correlacionou explicitamente sua alternativa político-pedagógica com as mudanças em curso no setor produtivo e nas relações de poder no Brasil e no mundo neste final de século.

Talvez por esta razão, o avanço significativo da CUT no que concerne a proposições no campo educacional é comprometido pela ausência de uma articulação com a formação profissional. A proposta educacional apresentada no IV CONCURT, mais preocupada com o papel político da educação de construção da “cidadania plena”, acaba negligenciando seu papel econômico de qualificação da força de trabalho, abstendo-se da necessária unidade entre a economia e a política inerente ao conteúdo da escola unitária por ela defendida. Por consequência, a CUT acaba reproduzindo a velha dualidade da educação burguesa que contrapõe formação geral à formação profissional, justamente o que se propunha a combater no campo teórico.

Ao mesmo tempo em que votava uma proposta para a educação nacional, a CUT fazia uma auto-avaliação quanto ao tratamento dado por ela ao conjunto das políticas sociais, em especial, à política educacional brasileira nos anos 1980. Sua preocupação era articular uma estratégia sindical para o campo educacional, na qual se comprometia a: a) explicitar para a sociedade que, nas discussões travadas em torno das questões educacionais estão em jogo, fundamentalmente, concepções antagônicas de sociedade; b) discutir questões educacionais inclusive fora do âmbito do Departamento Nacional dos Trabalhadores em Educação da CUT (DNTE); c) levantar e denunciar as distorções decorrentes da desarticulação entre as esferas de governo e da interferência financeira de pais e/ou empresas no ensino público; e d) endossar a campanha pelo envolvimento das universidades e do movimento docente na recuperação e desenvolvimento global das redes públicas de educação básica (CUT, 1991).

Poderíamos considerar diversos fatores que, possivelmente, contribuíram para que a proposta educacional aprovada no IV CONCURT não tivesse gerado uma discussão organizada no conjunto dos trabalhadores ligados a essa central e tampouco viesse a interferir na definição da política educacional brasileira no período 1991-1994, quais sejam: a) a crise do sindicalismo brasileiro em face da reestruturação produtiva; b) a delimitação deste debate e da elaboração de propostas no âmbito do movimento dos trabalhadores em educação; c) o avanço do neoliberalismo ao longo da primeira metade dos anos 1990; d) o imediatismo da ação sindical na luta pela manutenção dos postos de trabalho; ou, ainda, a simultaneidade de todos esses determinantes.

Mesmo que para o poder executivo central as políticas educacionais em seu conjunto ainda não apresentassem uma nítida configuração neoliberalizante, ao final do governo Itamar Franco, em 1994, não havia mais dúvidas quanto ao predomínio da característica neoliberal em sua maneira de fazer política. Defendendo tais diretrizes, o seu candidato à sucessão presidencial, Fernando Henrique Cardoso (FHC), afastado do cargo de ministro da Fazenda para candidatar-se, saiu-se vitorioso na eleição presidencial de 1994, já no primeiro turno eleitoral, com o apoio do empresariado e de amplos setores das camadas médias, fascinadas com a chegada ao poder de um intelectual dito de esquerda.

Nesse contexto, a CUT chega ao seu V Congresso Nacional sem ter conseguido mobilizar a classe trabalhadora para uma reação sistemática ao arrocho salarial, tendo dispersado sua ação em várias frentes relacionadas a questões institucionais do tipo: *impeachment*, CPI do Orçamento, emendas à Medida Provisória que criou a Unidade Real de Valor (URV), Revisão Constitucional, Câmaras Setoriais... Até mesmo a greve geral deliberada pela VI Plenária Nacional (Cf.: CUT, 1993) foi transformada em um dia nacional de mobilizações e manifestações com greves. É evidente que isto só contribuiu para o agravamento das divergências internas na CUT. A Articulação Sindical foi apontada por diversas tendências como principal responsável pelo imobilismo da classe trabalhadora e pela fragilidade da Central frente ao projeto neoliberal.

Assim, a ação política da tendência majoritária da CUT contribuiu muito para que a organização da classe trabalhadora no Brasil, até a primeira metade dos anos 1990, ainda não tivesse conseguido ultrapassar as propostas de ampliação do controle social sobre as decisões estatais para além dos limites da ordem burguesa. Na medida em que procurava refrear a ação da classe trabalhadora na luta contra a burguesia, levantando a bandeira da institucionalidade, a Articulação Sindical, tendência majoritária da CUT, acaba alimentando ilusões na classe trabalhadora, fazendo-a acreditar na possibilidade de um mundo livre, fraterno e igualitário nos marcos da ordem capitalista.

Como consequência, a luta dos trabalhadores brasileiros nos anos 1990 transformou-se muito mais em uma luta pela “empregabilidade” do que pela superação das relações sociais de produção capitalista. Em vez de disputar com o governo e o empresariado projetos alternativos para a ampliação de empregos com garantia de direitos sociais, com o apoio da mobilização direta da classe trabalhadora, a CUT passou a agir por dentro da aparelhagem estatal, participando dos fóruns tripartites instituídos pelo governo, como por exemplo, na gestão dos recursos do FAT, ou implementando projetos de formação profissional subordinados técnica e financeiramente às diretrizes governamentais, claramente identificadas com a lógica do mercado.

O V CONCURT realizou-se em maio de 1994, em São Paulo, em meio à disputa pela sucessão presidencial, contando com 1.918 delegados credenciados para representar 2.235 entidades. Nesse Congresso, a intervenção das tendências minoritárias no debate ficou bastante prejudicada. De acordo com a nova dinâmica do CONCURT, apenas uma tese foi apresentada – a da tendência majoritária – como texto básico de discussão. Em casos de divergências, cabia às tendências minoritárias apresentarem suas emendas, que eram submetidas ao debate. Ao contrário dos congressos anteriores, não houve grupos de debate acerca dos temas tratados no Congresso; a discussão ocorreu somente no plenário. Obviamente, o debate no V CONCURT foi ainda mais restrito. Outro aspecto que merece destaque é a desproporção, nesse Congresso, entre o número de delegados de base (16%) e de delegados membros de diretoria (80%), o que reflete o distanciamento da CUT das suas bases.

Neste congresso, mantendo os mesmos princípios educacionais das propostas anteriores, a CUT buscou articular sua intervenção na política de formação profissional em dois eixos: 1) a defesa da efetividade das políticas públicas que promovessem o acesso ao mundo do trabalho; e 2) a defesa da inclusão da educação profissional no sistema regular de ensino.

Quanto ao primeiro eixo, a CUT reafirmava as proposições do IV CONCURT, ao defender para a classe trabalhadora uma educação democrática, laica, unitária, de caráter científico e politécnico, tendo o trabalho como princípio educativo e elemento organizador de sua estrutura, currículo e métodos. Quanto ao segundo eixo, a CUT dava maior visibilidade à sua proposta anterior, integrando a educação profissional ao projeto educativo global e emancipador, de modo que sua proposta de educação escolar confunde-se com sua proposta de educação profissional.

Todavia, essa articulação entre educação básica e educação profissional preconizada no V CONCURT não se deu dentro de uma perspectiva de construção da escola unitária, embora este modelo pedagógico tenha sido usado como referência discursiva. A meta de construção da “cidadania plena” constituía muito mais um princípio educativo para a CUT do que a categoria “trabalho”. Enquanto a educação básica era vista como a modalidade de ensino que daria acesso a uma formação geral, necessária à participação autônoma na sociedade, a educação profissional daria as condições de “empregabilidade”, condição básica para tal participação autônoma. Assim, a educação profissional ganha status de estratégia privilegiada na luta pela cidadania, enquanto a educação básica ganha status secundário de modalidade de ensino preparatória para a educação profissional. Talvez nessa compreensão esteja o cerne da concepção de formação humana da CUT que irá nortear todas as suas formulações e ações para a formação do trabalhador/cidadão daí por

diante. O efeito mais perverso desta ordem de pensamento que passou a predominar na CUT foi o fato de conformar a consciência dos trabalhadores no leito da idéia de que a conquista da “empregabilidade”, obtida por meio da qualificação, da aquisição de novas competências, é, em si, a própria condição cidadã. Ser cidadão, então, é prerrogativa apenas dos empregados?

Assim, o V CONCURTO constitui um marco na trajetória da CUT em diversos aspectos, inclusive no que tange à intervenção desta Central na política educacional. A partir deste Congresso, a principal central sindical do País abandona seu discurso de defesa da escola como espaço de construção da “cidadania plena” e passa a defender a educação profissional integrada ao sistema regular de ensino como fator indispensável à construção dessa “cidadania plena”. O que para Neves (1995), por exemplo, significava um avanço, na medida em que tal estratégia se justificava com base nos princípios da *escola unitária* de Gramsci (2000), na realidade, tratava-se apenas de uma transição imposta pela ameaça do desemprego, que desloca o eixo central do debate educacional do campo político – educação básica para garantir a “cidadania plena” – para o campo econômico – educação profissional para a garantia de emprego e renda. Não é à toa que, a partir desta época, a Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM) passou a dar direção ao debate educacional no interior da CUT, enquanto a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) manteve-se ocupada com suas lutas imediatas por melhores salários. O que ocorreu, na prática, é que o projeto de formação profissional da CNM acabou se transformando no modelo político-pedagógico da CUT.¹⁷

No bojo do discurso de defesa da educação profissional, a CUT defende a criação de “Centros Públicos de Formação Profissional” devidamente integrados ao sistema nacional de educação (CUT, 1994, p. 52), sem, no entanto, estabelecer estratégias para a sua viabilização. Isto gera dúvidas quanto à relação que se deveria estabelecer entre educação profissional e escolarização regular. Tal dúvida, obviamente, criava obstáculos para a garantia da construção de uma concepção de escola unitária e de uma formação politécnica do conjunto dos trabalhadores. A esse respeito, afirma-se nas resoluções do V CONCURTO o seguinte:

A formação profissional é patrimônio social e deve ser colocada sob a responsabilidade do trabalhador e estar integrada ao sistema regular de ensino, na luta mais geral por uma escola pública, gratuita, laica e unitária, em contraposição à histórica dualidade escolar do sistema educacional brasileiro. Pública e gratuita com o Estado assumindo as suas responsabilidades, porém, com a efetiva participação da sociedade na sua gestão pedagógica e administrativa [CUT, 1994, p. 52].

Já eleito, Fernando Henrique Cardoso (FHC) encampa a proposta empresarial de educação profissional que, não podendo ser explicitamente anunciada na LDB (Lei 9394/96),¹⁸ devido à correlação de forças no Congresso Nacional, termina sendo efetivada por meio de decreto do Poder Executivo (Decreto 2208/97).

A proposta oficial acenava para a criação de Centros de Educação Profissional que, à primeira vista, guardava estreita semelhança com a proposta defendida pela CUT, no seu V Congresso Nacional, uma vez que a proposta oficial também se fundamentava, em parte, na associação entre educação profissional e escolarização regular. Parece que esta semelhança contribuiu para justificar a pouca participação direta da CUT na luta contra a extinção dos cursos técnicos de nível médio, uma vez que a criação dos Centros de Educação Profissional do Governo pressupunha a extinção desses cursos.¹⁹

Esse embricamento entre a proposta cutista e a proposta governamental para a educação é mais nitidamente percebido nas proposições da CUT para a educação, aprovadas durante a

realização do seu VI CONCURTO, meses após a promulgação da nova LDB e da assinatura do Decreto 2.208/97, pelo presidente da República.

O VI CONCURTO foi realizado em agosto de 1997, em São Paulo, contando com 2.140 delegados, representando 2.570 entidades. Nesse Congresso, a CUT se apresentava basicamente sem grandes mudanças qualitativas, embora no aspecto quantitativo verificava-se um crescimento em quase 28% do número de sindicatos filiados e de pouco mais de 11% de crescimento da base. Cresceu, também, em quase 47% o número de sindicalizados.²⁰ Outros dados chamam a atenção para o fato de ser o ramo da educação o mais representativo do Congresso, com pouco mais de 26% dos delegados. Logo em seguida está o ramo de trabalhadores rurais, com quase 12%, e o ramo da administração pública, com pouco mais de 10%. O ramo metalúrgico fica em quarta posição, com quase 10%.

Nesse Congresso, a tese majoritária compreendia a conjuntura internacional como o contexto de declínio do sistema capitalista, caracterizado pelo cenário de avanço da globalização financeira e comercial capitaneada pelo FMI, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio. O neoliberalismo foi situado como uma resposta da burguesia ao panorama crítico do capitalismo, beneficiada pela derrocada do “Socialismo Real”. Seu objetivo básico foi apontado como sendo a elevação das taxas de lucros das empresas multinacionais como alternativa de recomposição dos níveis de investimentos e a decorrente viabilização de um novo padrão de acumulação que garantisse a retomada do crescimento econômico capitalista. De acordo com essa análise, “as estratégias e os atuais modelos de organização sindical, criados em um período de fronteiras nacionais parcialmente protegidas, têm sido incapazes de enfrentar as transformações econômicas em curso” (CUT, 1997a, p. 07).

No VI CONCURTO, a Central afirmou a sua decisão de combater as políticas neoliberais do governo FHC e sua principal conseqüência: a exclusão social, evidenciada no aumento do desemprego, no congelamento dos salários, no desprezo à necessidade histórica da reforma agrária e à urgência de uma política agrícola que atenda à maioria do povo brasileiro. No aspecto político, reafirmando seu caráter pluralista e distanciando-se da postura unitária dos anos 1980, a CUT procurou evidenciar a sua disposição para construir, junto aos setores democráticos e populares, propostas alternativas ao caos que o neoliberalismo trazia para os povos de todo o mundo (CUT, 1997a, p. 03).

As principais tendências da globalização apontadas foram: a crescente hegemonia do capital financeiro; o novo papel das empresas transnacionais; e a liberalização e regionalização do comércio. Como impacto da Globalização na América Latina foram apontados os planos de estabilização monetária e a reforma do Estado. No que tange ao mercado de trabalho, a eliminação dos postos de trabalho foi apontada como o principal efeito perverso da globalização, ao acarretar altas taxas de desemprego, tanto nos países desenvolvidos como em países como o Brasil (Cf.: CUT, 1997a, p. 7 em diante).

No que tange à conjuntura nacional, o VI CONCURTO denunciou o caráter subalterno da inserção da burguesia nacional na ordem mundial de globalização econômica. O Plano Real foi apontado como o principal condicionante dessa inserção subalterna do Brasil no processo de globalização e o descaso com a questão social como a principal contradição da modernização neoliberal. No aspecto sindical da conjuntura nacional, o crescimento da precarização na base social do sindicalismo foi apontado como determinante das dificuldades crescentes de mobilização e ação sindical nesses setores.²¹ Nesse VI Congresso, o que foi apontado como o projeto político da burguesia nacional para manutenção do monopólio do poder foi o seguinte:

A estratégia atual do governo de realizar as privatizações, garantir a presença do capital privado nas áreas de infraestrutura e avançar nas reformas administrativa e

da previdência atende ao objetivo de dar fôlego ao plano de estabilidade econômica por meio da redução do ritmo explosivo do endividamento público interno e externo, e sinalizando o compromisso de FHC com as políticas apoiadas pelo Consenso de Washington [CUT, 1997a, p. 19].

Ainda na análise de conjuntura nacional, o VI CONCUR aponta a elaboração de um projeto alternativo, unitário, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento econômico nacional soberano, com distribuição de renda e trabalho para todos. Avaliando que a atual crise do capitalismo carece de solução nos marcos da exploração do trabalho, o VI CONCUR aponta a perspectiva socialista como alternativa viável para o Brasil e para o mundo:

Os fatos indicam que não há solução para a crise nos marcos do capitalismo. A fase crítica e decadente do sistema que em passado recente garantiu prosperidade econômica, estabilidade política e avanço dos direitos sociais, só apresenta a perspectiva de crescimento da miséria social, arrocho dos salários, desemprego em massa, ameaças à democracia (obscurantismo neofacista), eliminação e redução de direitos. Não parece viável uma solução intermediária no contexto do sistema. Por isso, **o socialismo coloca-se como a única saída progressista para a humanidade**, a única alternativa à degradação social. As condições históricas (econômicas principalmente, devido ao grau mais avançado da produtividade do trabalho, e mesmo políticas) para o novo sistema social são mais favoráveis na atualidade do que no início do século, possibilitando o advento de um socialismo mais avançado, renovado, com capacidade para superar muitos dos erros cometidos na URSS e outros países, principalmente no que diz respeito à democracia. [...] só participando ativamente nas batalhas concretas, cotidianas, em defesa dos anseios e reivindicações das massas, e elaborando uma alternativa unitária das forças populares será possível elevar o nível de consciência dos assalariados e criar as condições subjetivas necessárias para a batalha maior visando a ruptura revolucionária do sistema capitalista e a conquista do socialismo [CUT, 1997a, p. 20 – Grifo nosso].

Mas o plano de lutas proposto por esse mesmo Congresso não corresponde a essa avaliação. Nem mesmo sua análise de conjuntura aponta para esse caminho. Ao que parece, essa proposição de cunho radicalmente socialista presente nas resoluções do VI CONCUR funcionou mais como estratégia política de conformação das tendências minoritárias, visando à manutenção da hegemonia da Articulação Sindical na disputa interna da CUT, do que propriamente uma reversão no comportamento moderado e conciliador de sua Direção Nacional.

O que confirma tal interpretação é o fato de que, em seu balanço político, a tendência majoritária reafirma a posição dos congressos anteriores, atribuindo à conjuntura adversa e ao Plano Real a causa de todas as dificuldades de mobilização enfrentadas pela CUT no período de 1994 a 1997. Dessa forma, isenta-se a Executiva Nacional da CUT de fazer a autocrítica necessária à reversão do encaminhamento do plano de lutas da Central rumo ao socialismo de fato. Assim, a proposição de cunho radicalmente socialista presente nas resoluções do VI CONCUR, quando não contribui para confundir ainda mais a consciência da classe trabalhadora, acaba por cair em um vazio absoluto. Entretanto, diante do fracasso de boa parte das campanhas salariais, pelo menos em alguns pontos das resoluções aprovadas no VI CONCUR, a Direção Nacional é obrigada a reconhecer o seu descompasso em relação às entidades de base. De qualquer modo, o balanço da CUT feito pela Articulação Sindical reforça sua posição de enfrentamento da política neoliberal do governo FHC nos limites da via institucional. Vejamos:

A CUT tem representantes em vários Conselhos Públicos, onde tem procurado disputar espaço na defesa de nossas propostas de políticas públicas. Cabe destacar alguns que tiveram maior repercussão na conjuntura vigente: o Conselho da Saúde,

o Conselho de Defesa do FAT e o Conselho Curador do FGTS. O primeiro pela acumulação de políticas que teve seu ponto alto na 10^a Conferência Nacional da Saúde, o segundo pela sua intervenção nas políticas de emprego e formação profissional, o último, em função da defesa da habitação popular e da luta contra a utilização do FGTS como moeda de privatização. Recentemente pudemos nomear um representante para o Conselho de Administração do BNDES que movimenta os recursos do FAT [CUT, 1997a, p. 26].

No balanço organizativo aprovado no VI CONCUR foram preconizados o esgotamento do modelo corporativo da estrutura sindical oficial e a consolidação da CUT como alternativa à velha estrutura sindical herdada do varguismo. Contudo, este Congresso reconheceu que ainda persistem algumas dificuldades no interior do movimento cutista para superar por completo a herança corporativa, de modo que a CUT vinha agindo como uma intersindical ou como uma federação de sindicatos, em função da falta de organicidade nas relações entre as entidades de base e as instâncias verticais e horizontais das CUT's estaduais e nacional. Basicamente, a Articulação Sindical pretendia, com esse balanço, implantar uma estrutura organizativa na CUT fundada em um novo modelo de organização sindical – o “Sindicato Único”. Mas, devido à falta de consenso em suas bases no Congresso, esse debate acabou sendo remetido para a IX Plenária Nacional (ver: CUT, 1997a, p. 28 em diante).

No que se refere às estratégias de luta, o VI CONCUR aprovou a resistência propositiva e a disputa pela hegemonia no âmbito do aparelho estatal e da sociedade civil. Para isso, defendeu a aliança autônoma e independente com setores do campo democrático e popular, mobilização e luta pela cidadania através da negociação, principalmente (CUT, 1997a, p. 32 em diante).

O VI CONCUR aprovou também um conjunto de propostas para a política industrial e para a geração de emprego e renda. Sua pretensão era contribuir para a elevação da produtividade industrial, com vistas na melhoria da qualidade de vida da população, desde que tais medidas fossem subordinadas aos objetivos de geração de empregos, distribuição de renda e preservação ambiental. Nesse sentido, defendeu uma abertura externa voltada para garantir a modernização e reestruturação com justiça social, gradativa e acompanhada por políticas de desenvolvimento do mercado interno. Assim, o VI CONCUR propôs-se a pressionar o governo a reorientar sua política econômica, junto a todos os setores democráticos e populares e lutar por: reforma agrária; implementação de nova política industrial; redução da jornada de trabalho; criação do Fundo Nacional de Geração de Emprego e Educação Profissional com recursos do FAT; e instituição do Programa de Renda Mínima Nacional.

No VI CONCUR constataram-se as perdas na capacidade de investimento do Estado frente às políticas neoliberais. Como propostas, defendeu-se a intensificação e priorização da luta por políticas sociais públicas e pelo controle de gestão e participação dos trabalhadores na implementação de tais políticas (CUT, 1997a, p. 44-46). Observe-se que tal proposição está completamente conformada no interior do projeto neoliberal para as políticas sociais, haja vista que é uma estratégia do neoliberalismo a gestão democrática das políticas sociais nos limites da valorização do capital como mecanismo de mediação do conflito de classe. Na medida em que o VI CONCUR prioriza a luta por algo que já consta como concessão do projeto neoliberal e, além disto, não vincula tal luta com a luta mais geral contra o capital, sua ação se torna inócua no que tange à construção de uma sociedade socialista.

No que se refere ao Plano de Ação, podemos considerar que o VI CONCUR foi restrito e não buscou corresponder às diretrizes políticas e econômicas por ele mesmo firmadas. O único ponto que é bastante claro e plenamente articulado com a análise da conjuntura internacional e nacional, com as diretrizes econômicas e políticas, com o balanço político e organizativo e com sua estratégia foi o empenho na unificação das lutas sociais que ocorrem no país. Afirmava-se ser isto uma

continuidade à prática cutista, desde o IV CONCURT, voltada para a composição e unificação do campo popular e democrático no Brasil como forma de enfrentamento do bloco neoliberal no poder. Entretanto, não se verificou naquele período ações efetivas da CUT voltadas para a mobilização direta das massas trabalhadoras de forma articulada com outras mobilizações organizadas no seio da sociedade civil. Essa articulação por parte da CUT se deu muito mais nos ambientes dos gabinetes políticos e na mídia do que por meio de manifestações populares.

Conforme deliberação do VI Congresso, diversos pontos que faziam parte do “Texto Base” aprovado pela reunião da Direção Nacional de 11 de Abril de 1997 foram remetidos para a IX Plenária Nacional. Mas a maioria trata da estrutura sindical e relações de trabalho, onde se discute a proposta de “Sindicato Orgânico”, que a Articulação Sindical não conseguiu aprovar no VI CONCURT por falta de consenso em suas bases. Além desse ponto, foram remetidos também outros que tratam de políticas permanentes da CUT, onde se discutia, basicamente, as relações internacionais, a política nacional de formação, políticas sociais da CUT, saúde do trabalhador e meio ambiente, AIDS, racismo, questão da mulher, política para a juventude, trabalho infantil, educação, habitação etc.

De fato, a CUT chegou ao final dos anos 1990 com um significativo refluxo na sua capacidade de mobilização direta das massas, optando por uma estratégia de luta eminentemente institucional, mergulhada em um processo de crescente burocratização e formalização de suas relações com as bases sindicais e com o movimento popular organizado. Como conseqüência, vem se evidenciando o seu distanciamento das entidades de base. Não obstante todas as dificuldades de organização interna e de resistência à ofensiva neoliberal, a CUT tem se consolidado como principal referência dos trabalhadores brasileiros na luta contra a exploração do capital neste fim de século, ocupando cada vez mais espaço nos aparelhos estatais através de participação consultiva em conselhos tripartites. Mas a conjuntura tem mostrado que essa intervenção da CUT no âmbito da aparelhagem estatal torna-se fragilizada na medida em que não conta com o respaldo da mobilização direta das massas.

Mesmo deixando clara a sua decisão de combater as políticas neoliberais do governo FHC e sua principal conseqüência – a exclusão social –, este congresso “inexplicavelmente”, ao invés de aprofundar a proposta educacional que vinha sendo construída nos IV e V CONCURT’s, acaba promovendo um verdadeiro esvaziamento do debate nesse campo. A única referência feita à educação presente no *Caderno de Resoluções do VI CONCURT* tratava de uma crítica genérica à política educacional neoliberal do Governo FHC (CUT, 1997a, p. 46). Este documento traz também uma parte de registros que contém os textos aprovados pela Direção Nacional da Central, cujo conteúdo o Congresso não discutiu, remetendo sua apreciação para a IX Plenária Nacional da CUT.

Dentre esses textos não apreciados pelo VI CONCURT, há um intitulado “*Políticas Permanentes*”, que trata sucintamente a questão educacional sem, contudo, fazer referência à proposta de escola unitária contida nos IV e V CONCURT’s, assim como também não faz referência aos Centros Públicos de Formação Profissional. Este texto limita-se apenas a uma avaliação superficial da falta de organicidade de tais propostas no interior da Central, demonstrando o reconhecimento, por parte da Direção Nacional da CUT, de que suas dificuldades no tratamento das questões referentes às políticas sociais, apontadas desde o IV CONCURT, permaneciam ainda em 1997 (CUT, 1997b, p. 93).

Essa ausência de referências à questão educacional no debate da CUT não pode ser confundida com negligência, mas sim como uma conseqüência da estratégia implementada pela Secretaria Nacional de Formação da CUT (SNF) desde a VII Plenária Nacional. Este órgão da CUT passou a tratar da formação sindical e a utilizar todo o aparato construído para este fim em favor da formação profissional (TUMOLO, 2002). A CUT encontrou nos recursos do FAT uma possibilidade de financiamento de suas estratégias de formação profissional com vistas na garantia de geração de

emprego e renda e, a partir de 1996, passou a participar, juntamente com empresários e governo, do fórum tripartite que gere este fundo – o CODEFAT.

O esvaziamento do debate sobre educação neste VI CONCURTO contribuiu substancialmente para a ausência de uma crítica a essa estratégia da CUT. Não obstante, é possível explicar tal descaso com a questão educacional também pela urgência com que a tendência majoritária da CUT vem procurando dar respostas às demandas imediatas das bases por garantia do emprego, combinada com a sua necessidade de manter um mínimo de consenso interno que justifique sua hegemonia na direção da CUT. Obviamente, essa opção da CUT vai de encontro ao esforço dos setores organizados de caráter democrático e de massas no campo da educação mobilizados para elaborar coletivamente uma proposta unificada para a educação nacional na segunda metade da década de 1990.

Durante a década de 1990, foram realizados, respectivamente, em 1996 e 1997, o I e o II Congresso Nacional de Educação (CONED), que culminaram com a elaboração de uma proposta de Plano Nacional de Educação da sociedade civil. Curiosamente, a CUT se fez presente na realização desses dois eventos, mas, em vez de uma participação propositiva, esta Central preferiu uma participação meramente homologatória.

Ao que tudo indica, na segunda metade dos anos 1990, esta central passou a se preocupar mais com a garantia de emprego por meio da ampliação das oportunidades de requalificação profissional imediata da força de trabalho. Paradoxalmente, tal preocupação está mais ligada ao atendimento das demandas empresariais do que à viabilização de uma educação verdadeiramente voltada para os interesses da classe trabalhadora na luta pela superação da ordem capitalista. Ao defender a qualificação profissional como estratégia de manutenção do emprego, no nosso entendimento, a CUT abdica da luta por uma escola fundada no trabalho como princípio educativo, elemento constituinte de um projeto anticapitalista de desenvolvimento social. Diante da ausência de um projeto genuinamente anticapitalista na ação do sindicalismo brasileiro, até mesmo as investidas da CUT para disputar hegemonia com a burguesia caem por terra, na medida em que sua ação sindical se mantém nos limites da institucionalidade burguesa. Isto condicionará a ação sindical desta Central na nova realidade da política de formação da classe trabalhadora no país.

A TÍTULO DE CONCLUSÃO

Assim, no que tange à ação sindical da CUT no campo da formação do trabalhador, o que faltou – ou talvez o que as forças políticas majoritárias da CUT conseguiram sufocar – foi o reconhecimento de que a educação da classe trabalhadora se dá a partir da relação de subordinação de classe. O ensino transmitido nas escolas se dá na direção da classe dominante para a classe subalterna. Isto ocorre de forma tal que, ao realizar-se, faz com que a classe trabalhadora perca toda a sua “disponibilidade” original, conduzindo-a a uma autêntica e verdadeira atrofia moral e desolação intelectual. Trata-se de um tipo de educação interessada, utilitarista, que prepara o trabalhador apenas para atender as demandas da empresa capitalista.

O que a CUT não conseguiu fazer, na passagem dos anos 1980 para os anos 1990, foi o reconhecimento da dualidade entre a educação interessada, destinada à classe trabalhadora, em contraposição à educação desinteressada, tipicamente destinada à burguesia. Além deste reconhecimento, para uma ação sindical dentro de uma perspectiva da emancipação da classe trabalhadora, seria ainda necessário observar que a educação que a classe burguesa reivindica para si, mesmo que seja desinteressada, meramente ilustrativa, constitui o positivo para ela própria, pois corresponde aos seus interesses de dominação de classe. Já aquela educação reservada à classe trabalhadora, constitui um fator de negação de sua condição humana. É exatamente nesse aspecto que a ação sindical da CUT, principal central sindical do país que, no início dos anos 1980, possuía um caráter notadamente anticapitalista, apesar de ter empreendido esforços para apresentar um

projeto alternativo ao projeto do empresariado e do governo para a formação da classe trabalhadora, no início dos anos 1990, não conseguiu ultrapassar os limites do projeto liberal-democrata para a educação.²²

Se considerarmos a palavra escrita isoladamente, não podemos desconsiderar que em meados dos anos 1990 a CUT já demonstrava um discurso claro e bem definido em relação à educação da classe trabalhadora. Posicionava-se a favor de uma educação unitária, de base científica e tecnológica, de caráter politécnico, que tivesse no trabalho seu princípio educativo, organizador de sua estrutura, de seu currículo e de seus métodos. Entretanto, se considerarmos a ação sindical empreendida pela CUT, naquela ocasião, facilmente poderemos constatar que este discurso não chegou a se materializar em uma ação sindical a ele coerente. Nesta ocasião, a ação sindical da CUT havia consolidado a idéia de luta pela construção da “cidadania plena” em lugar da luta pela superação da sociedade de classes. Neste caso, como já mencionado, a idéia de “cidadania plena” significou muito mais um princípio educativo do que a categoria “trabalho”.

Esta tomada de posição da CUT era decorrente de uma outra de caráter mais geral. Desde o início dos anos 1990, diante dos problemas causados pela reestruturação produtiva e pela redefinição da relação entre Estado e sociedade civil promovidas pela burguesia instalada no país, a CUT havia deliberado por empreender esforços no sentido de dar uma nova direção política à Central. Esta nova direção consistia na mudança de uma ação sindical de caráter econômico corporativo para uma linha mais propositivo-afirmativa, que, na prática, significou uma ação propositivo-conciliatória, pois esta mudança se deu com base em princípios de colaboração de classes, materializada em uma ação sindical voltada para a negociação tripartite e paritária de interesses contraditórios.

O que confirma esta avaliação é o fato de a ação sindical da CUT, no decorrer dos anos 1990, ter se identificado com a ação sindical das demais centrais em vários aspectos, especialmente no que se refere à educação da classe trabalhadora. Por isto não surpreende o fato de a ação sindical do conjunto das centrais sindicais brasileiras ter confluído com a ação do empresariado e do governo em busca de formação/qualificação profissional como fator de produtividade e de competitividade das empresas.

Este consenso construído entre o movimento sindical, o empresariado e o Governo em torno do papel da política de formação/qualificação profissional tem como elemento aglutinador a articulação de três idéias interdependentes: a) a idéia de que o aumento da produtividade e da competitividade das empresas depende do nível de qualificação da classe trabalhadora; b) a inserção do país no mercado globalizado depende do aumento da produtividade e da competitividade das empresas; c) a inserção do país no mercado globalizado é condição indispensável para a solução dos principais problemas da classe trabalhadora, na medida em que, supostamente, novos empregos seriam gerados e as oportunidades de geração de renda ampliadas. Esta articulação de idéias está presente na ação sindical de todas as centrais sindicais (SOUZA, 2005). Isso não surpreende, uma vez que é absolutamente coerente com a ação sindical da Força Sindical e da Social Democracia Sindical (SDS). É coerente até mesmo com a ação sindical da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), devido à fragilidade e superficialidade do acúmulo de suas discussões. Mas quando se trata da CUT, estamos nos reportando a uma verdadeira ruptura em sua trajetória. Significa que a CUT enterrou de uma vez por todas as perspectivas de construção de um projeto educativo genuinamente anticapitalista no Brasil. Em lugar disto, em linhas gerais, a CUT aderiu à concepção do empresariado e do Governo no que se refere à relação entre formação geral e formação para o trabalho.

De acordo com as proposições da CUT nos anos 1990, a articulação entre educação básica e formação profissional deve se dar de modo que a primeira funcione como uma espécie de base geral de conteúdos necessários à qualificação social para o trabalho e para vida urbano-industrial; e a

segunda como formação de habilidades e competências específicas para a colocação ocupacional do trabalhador no mercado de trabalho. Esta articulação está muito mais voltada para os interesses da valorização do capital no estágio atual de desenvolvimento das forças produtivas do que para a formação *omnilateral* da classe trabalhadora. Tanto é assim que esta proposição da CUT encontra eco naquilo que é proposto pela Força Sindical, pelo empresariado e pelo Governo. Por esta razão, sua proposta de escola unitária, de ensino politécnico e de formação *omnilateral* não se materializa em ações concretas, pois estão condicionadas pela sua opção por uma ação sindical nos limites da institucionalidade burguesa, baseada nas estratégias de conciliação de classes, mascaradas por um discurso de disputa de hegemonia. Por esta razão, o discurso de disputa de hegemonia tão amplamente desenvolvido e fundamentado nos documentos da CUT, na sua ação sindical não passa de consentimento ativo à ação do empresariado e do governo.

Diante destas considerações, concluímos que a ação sindical da CUT, definitivamente, tem partilhado com o empresariado a idéia de formação de um “novo trabalhador” para atender as atuais exigências de produtividade e qualidade da indústria para competir no mercado internacional. Para isto, a CUT tem relacionado aumento de produtividade e competitividade das empresas com geração de emprego e renda, de modo que poderíamos afirmar que vivemos um momento de capitulação do principal segmento do sindicalismo brasileiro ao projeto empresarial capitalista.

Estes elementos configuram o consentimento ativo do sindicalismo brasileiro no campo da política educacional a partir dos anos 1990. Esta postura conciliatória partilhada até mesmo por aquela central sindical que, nos anos 1980, caracterizou-se pela crítica à ordem social capitalista, compromete, pelo menos por enquanto, as expectativas de uma disputa de hegemonia com o capital por parte da maior central sindical brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANTUNES, Ricardo. **O Novo Sindicalismo no Brasil**. 2ª Edição. Campinas (SP): Pontes, 1995. 85 p.

BRASIL. **Decreto Nº 2208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei Federal nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/DF2208_97.pdf], acesso em 14/10/2008.

_____. **Lei Nº 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. DOU, 23 de dezembro de 1996 - Seção 1 - Página 27839.

COSTA, Silvio. **Tendências e Centrais Sindicais: o movimento sindical brasileiro de 1978 a 1994**. São Paulo: Anita Garibaldi; Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 1995. 287 p.

CUT. **II Conferencia da Política Nacional de Formação da CUT**. Belo Horizonte: 2002. Disponível em [http://cinterfor.org.uy/public/spanish/region/ampro/cinterfor/temas/worker/eventos/con_cut/abert.htm], acesso em 08/01/2009.

_____. **CUT 2000: emprego, terra, salário e cidadania para todos** (texto da Direção Nacional ao VI CONCUR). São Paulo: de 14 a 17 de agosto de 1997b. 50 p.

_____. **Desemprego: o desafio da secada**. São Paulo: Rádio CBN, 31/08/2001. Duas fitas cassete TDK de 60 minutos.

_____. **Jornal do CONCLAT**, Nº I, 26 de Agosto de 1983a. 3 p.

_____. **Jornal do CONCLAT**, Nº II, 27 de Agosto de 1983b. 3 p.

_____. **Jornal do II Congresso Nacional da CUT**, [set./1986].

- _____. Resoluções do CONCLAT: plano de lutas, estatutos da CUT e Direção Nacional. **Jornal da CUT – Edição Histórica**, Ano I, Nº 0, setembro de 1983c. 15 p.
- _____. Resoluções da VI Plenária Nacional. **Informa CUT**, São Paulo, nº 225, 13 a19/set./1993. 06 p.
- _____. Resoluções do I CONCUR. **Jornal da CUT**, São Paulo, Ano II, Nº 01, pp. 5-10, set./1984.
- _____. **Resoluções do II CONCUR**. São Paulo: CUT, 1986a. 12 p.
- _____. **Resoluções do II Congresso Nacional da CUT – Caderno Especial**, agosto de 1986. São Paulo: CUT, 1986b. 72 p.
- _____. Resoluções do III CONCUR. **Boletim Nacional – CUT**, Nº 21, setembro/1988. 52 p.
- _____. **Resoluções do IV CONCUR**. São Paulo: CUT, 1991. 24 p.
- _____. **Resoluções do V CONCUR**. São Paulo: CUT, 1994. 79 p.
- _____. **Resoluções e Registros do VI CONCUR**. São Paulo: CUT, 1997a. 128 p.
- CNTE/DNTE. **Resoluções do XXIII Congresso Nacional dos Trabalhadores em Educação**. 1991. [mimeo].
- FORÇA SINDICAL. 4º Congresso Aponta Novos Rumos nas Lutas dos Trabalhadores [resoluções]. **Força Sindical**, São Paulo, Ano X, Nº [?], Set./2001. 42 p.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere – os Intelectuais. O princípio Educativo. Jornalismo**. Traduzido por Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Vol. II [334 p.].
- JESUS, Antônio T. **O Pensamento e a Prática Escolar de Gramsci**. São Paulo: Autores Associados, 1998. 129 p.
- MACHADO, Lucília R. S. *et alli*. **COLETÂNEA CBE: Trabalho e Educação**. Campinas: Papirus: CEDES; São Paulo: ANDE: ANPEd, 1992. 134 p.
- _____. **Politecnia, Escola Unitária e Trabalho**. (2ª Edição). São Paulo: Cortez, 1991. 271 p.
- MANACORDA, Mário Alighiero. **O Princípio Educativo em Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. 288 p.
- MATTOS, Marcelo B. **Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955/1988)**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998. 244 p.
- NEVES, Lúcia M. W. (Coord.). **Política Educacional nos Anos 90: determinantes e propostas**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1995. 180 p.
- NOGUEIRA, Maria Alice. **Educação, Saber, Produção em Marx e Engels**. 2ª Edição. São Paulo: Cortez, 1993. 220 p.
- SOUZA, José dos Santos. **Trabalho, Educação e Sindicalismo no Brasil – anos 90**. Campinas (SP): Autores Associados, 2002. 223 p.
- SOUZA, José dos Santos. **Trabalho, Qualificação e Ação Sindical no Brasil no Limiar do Século XXI**. Campinas(SP): 2005. 340 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNICAMP.
- TUMOLO, Paulo Sérgio. **Da Contestação à Conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação produtiva**. Campinas(SP): EDUNICAMP, 2002. 290 p.

* José dos Santos Souza é Doutor em Sociologia pela UNICAMP; professor adjunto do Departamento de Educação e Sociedade do Instituto Multidisciplinar da UFRRJ; líder do Grupo de Pesquisas Sobre Trabalho, Política e Sociedade (GTSP).

¹ O que chamamos aqui de “mecanismos de mediação do conflito de classe” são as estratégias de caráter político-ideológico implementadas pela burguesia em busca do consenso em torno de sua concepção de mundo, condição essencial para a manutenção de sua hegemonia. Procuraremos desenvolver melhor esta categoria no capítulo três desta tese, onde procuraremos evidenciar sua dinâmica no contexto atual.

² No jargão sindical, o termo “pelego” faz referência àqueles dirigentes sindicais que, uma vez conduzidos à direção sindical, traem a classe trabalhadora, compactuando com os empresários e o governo, em detrimento da defesa dos interesses da base que representam.

³ No *Jornal da CUT – Edição Histórica* (CUT, 1983c) consta que estiveram presentes 5.059 delegados no I CONCLAT, divergindo dos dados que constam do *Jornal do CONCLAT* (CUT, 1983b). Optamos pelos dados desta última fonte por estarem mais detalhados, constando número de membros de base e diretoria, bem como número de entidades representadas, o que não ocorre na primeira.

⁴ Quem nos oferece uma boa sistematização da construção da noção de Novo Sindicalismo é Mattos (1998, p. 53 *em diante*). Este autor apresenta uma boa exposição da noção de Novo Sindicalismo como um modelo de movimento sindical surgido no final dos anos 1970, que se opunha tanto ao imobilismo do sindicalismo controlado e reprimido pelo Estado, como também às formas do sindicalismo populista típicas do período pré-1964.

⁵ Existe um choque de informações sobre o número de delegados do II CONCUR entre duas fontes consultadas. No *Jornal do 2º Congresso* (CUT, 1986), uma publicação especial do Boletim Nacional da CUT, consta que estiveram presentes 5181 delegados, sendo 1532 de direção e 3649 de base, representando 933 entidades. Já no Boletim Nacional da CUT (de Ago./Set. de 1986) consta os dados que mencionamos no texto acima. A escolha pelos dados do Boletim Nacional foi quase aleatória, já que os sindicalistas consultados não souberam informar quais eram os dados corretos. Na realidade, usamos os dados do Boletim Nacional apenas por ser uma fonte publicada posteriormente à primeira, o que nos fez acreditar que apresentava os dados mais bem trabalhados.

⁶ Plano econômico do Governo José Sarney, que tinha como principal medida de controle da inflação o congelamento de preços e a persuasão da sociedade civil a cumprir o papel de fiscal do governo.

⁷ A tese majoritária concebe a CUT como uma Central de massas, aberta a todos os trabalhadores, e tinha como princípios o seguinte: a) CUT de massas, aberta a todos os trabalhadores; b) superar as posições vanguardistas; c) CUT democrática, pluralista, unitária e representativa; d) CUT organizada a partir dos locais de trabalho; e) CUT independente e autônoma; f) Lutar contra as discriminações; e g) conquistar a liberdade sindical. Nesse sentido, o III CONCUR explicita melhor as diferenças entre as entidades sindicais e os partidos comprometidos com os trabalhadores, onde ambos são vistos como constitutivos do movimento pela emancipação dos explorados, enquanto que a especificidade da CUT consiste na compreensão de que, apesar de sua grande potencialidade, ela possui limites a serem superados pelas organizações partidárias (Cf.: CUT, 1988).

⁸ Outra observação pertinente do mesmo autor é que “a escolha dos delegados para o congresso nacional nos congressos estaduais permite a cassação da representação sindical de inúmeras entidades. Vejamos porque: para que um membro de base ou de diretoria de um sindicato participe do Congresso Nacional, ele deverá ter seu nome inscrito em uma das chapas concorrentes no congresso estadual, e esta deve atingir um número mínimo de votos. Assim, os representantes de uma categoria só garantirão seu direito de participação se estiverem em uma chapa inscrita e forem escolhidos entre os componentes que a chapa terá direito de indicar. Isto acaba por gerar a grave distorção na representação sindical nacional, uma vez que exclusiviza os membros das tendências” (COSTA, 1995, p. 112).

⁹ Em função dos novos critérios de escolha de delegados, essa foi a primeira vez que um congresso nacional da CUT contou com um número de entidades representadas maior que o número de delegados

¹⁰ Costa (1995, p. 113-116) aponta diversas denúncias de manobras e fraudes por parte da maioria da Direção Nacional da CUT para diminuir número de delegados em alguns estados e aumentar em outros, procurando garantir, artificialmente, a sua maioria no IV CONCUR.

¹¹ A decisão da Executiva Nacional da CUT de participar de um fórum de negociações tripartite convocado pelo Governo, por exemplo, se deu por uma diferença de apenas dois votos. Assim, a tendência majoritária, ao mesmo tempo em que consolida sua hegemonia através de práticas duvidosas, torna-se a principal responsável pelo acirramento das relações entre as tendências, na medida em que sua prática hegemônica não considera a opinião de quase a metade dos delegados do IV CONCUR.

¹² Esta proposta – A Escola que Queremos – foi fundamentalmente a mesma aprovada pelo XXIII Congresso Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE/DNTE, no mesmo ano, qual seja, janeiro de 1991.

¹³ A proposta de “Escola Unitária” da CUT tinha como fundamento a relação entre trabalho e educação concebida a partir da unidade entre a formação para o trabalho intelectual e a formação para o trabalho manual. Trata-se de uma proposta pedagógica que pressupõe atividades de ensino-aprendizagem que unificam a teoria e a prática, a ciência e a vida, segundo uma perspectiva histórico-dialética, com vistas na formação do homem para refletir sobre sua existência histórica e para criar e aplicar a ciência e a tecnologia nos processos produtivos e na sua vida cotidiana. A escola unitária pressupõe também o rompimento com a ordem social capitalista de produção. Ela é, em si, um projeto revolucionário que se articula com ações e formulações subversivas à ordem do capital. O principal expoente da escola unitária é Gramsci (ver: GRAMSCI, 2000).

¹⁴ Politécnica supõe a ultrapassagem de um conhecimento meramente empírico, na medida em que requer formas de pensamento mais abstratas, ou seja, vai além de uma formação simplesmente técnica, na medida em que pressupõe um perfil amplo de trabalhador, consciente e capaz de atuar criticamente no processo produtivo, habilitado a buscar autonomamente os conhecimentos necessários ao seu progressivo aperfeiçoamento. Sendo assim, uma educação de caráter politécnico demanda o domínio dos conceitos, princípios e leis fundamentais das bases técnico-científicas contemporâneas; demanda o domínio dos princípios tecnológicos que norteiam a aplicação da ciência e da tecnologia tanto nos processos produtivos como no processo de sociabilidade no mundo contemporâneo. Sobre a distinção de politecnia e polivalência, consultar Machado *et alli* (1992).

¹⁵ Omnilateralidade é uma referência a um aspecto específico da relação trabalho/educação sistematizado pela teoria marxista que se contrapõe à dicotomia entre a formação humana para o trabalho manual e para o trabalho intelectual, inerente ao sistema social de produção capitalista. Sendo assim, uma formação omnilateral do homem, própria do projeto socialista, demanda o desenvolvimento total, completo, multilateral em todos os sentidos das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade de sua satisfação. Omnilateralidade significa, portanto, o desenvolvimento global do homem, tendo o trabalho como atividade vital o seu princípio educativo. Sobre a relação trabalho/educação em uma perspectiva omnilateral ver: Manacorda (1990); Jesus (1998); e Nogueira (1993).

¹⁶ Utilizamos-nos dos termos “educação de caráter dogmático” para fazer referência à educação desinteressada, típica da escola tradicional, eminentemente idealista e essencialmente humanista em seu conteúdo e método; herança cultural da escolástica e impregnada pela metafísica, carente de cientificidade e de organicidade com o mundo da produção. Sua única função social seria a ilustração de uma elite ociosa e distanciada do trabalho produtivo.

¹⁷ A propósito, essa mesma tendência ocorre no âmbito da aparelhagem estatal no mesmo período. No primeiro governo de FHC, o Ministério do Trabalho assume para si a política de educação profissional, que antes era gestada pelo Ministério da Educação.

¹⁸ Houve uma intensa mobilização na sociedade contra a proposta governamental de educação profissional, enviada ao Congresso sob a forma de Projeto de Lei, antes mesmo da promulgação da LDB, em dezembro de 1996, o que caracteriza seu caráter antipopular.

¹⁹ A única diferença constatada entre a proposta de Centros de Formação Profissional da CUT e a de Centro de Educação Profissional do Governo está na ênfase que a CUT dá ao caráter público desses centros, destacando a gratuidade de seus serviços e a participação dos trabalhadores organizados na sua gestão. Se bem que, nesse último aspecto da gestão participativa, há também coincidência com a proposta do Governo, embora este defenda tal participação em caráter tripartite: trabalhadores, empresários e governo.

²⁰ Curiosamente, não foi publicada no caderno de resoluções do VI CONCUR a proporcionalidade de delegados membros de base e de delegados membros de diretoria. Também não foi publicado no mesmo documento o número exato de entidades representadas no Congresso, mas apenas o número de entidades filiadas, o que nos leva às seguintes questões: no VI CONCUR todas as entidades filiadas se fizeram representar? Houve alguma delegação de oposição sindical? Ou, ainda, o número de delegados da base continua muito inferior em relação ao número de delegados membros de diretoria? Essas informações hoje são quase impossíveis de serem respondidas, pois no Centro de Documentação da CUT (CEDOC) não há nenhum documento com esse registro (Cf.: CUT, 1997a; CUT, 1997b).

²¹ Enquanto a tese majoritária apontava a conjuntura como determinante dessas dificuldades, as tendências que lhe faziam oposição apontavam a opção social-democrata da Direção Nacional no encaminhamento das lutas, de acordo com a ordem institucional e baseada na conciliação entre as classes, como a principal causa das dificuldades enfrentadas pela CUT no confronto com o capital nos anos 1990 (Ver: CUT, 1997b).

²² Devemos considerar que até o final dos anos 1980, essa Central não havia apresentado uma compreensão clara do papel da educação na organização e luta da classe trabalhadora. Até esta ocasião, suas discussões sobre educação mantinham-se circunscritas aos sindicatos dos trabalhadores em educação. É somente no início dos anos 1990 que, pela primeira vez, a CUT apresenta, em forma de deliberação de congresso, uma proposta minimamente identificada com os interesses anticapitalistas. Contudo, ainda não conseguia estabelecer a relação entre a formação geral e a formação para o trabalho de forma clara o suficiente para dar coerência à sua proposta educativa, de acordo com as referências acumuladas na luta histórica da classe trabalhadora contra o capital. Seu equívoco – ou opção – foi buscar esta coerência nos limites da institucionalidade burguesa.

Artigo recebido em: 10/01/2009

Aprovado para publicação em: 20/01/2009